PARECER PGE/PCA Nº 01448/2015

Ilustre Procuradora-Chefe, Área I:

Trata-se de procedimento administrativo encaminhado pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) no qual se formulou consulta devidamente especificada às fls. 340 e vº sobre a interpretação das Cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2015 referente ao prazo de validade das propostas dos licitantes.

Em vista do Item 7 do Edital e Item 6 do Anexo IX, à luz do art. 6º da Lei 10.520/02, encaminhou-se para a presente análise jurídica os seguintes questionamentos:

1) A convocação da empresa Lopes Comércio Atacadista e Serviços de Mercadorias em Geral Ltda.-EPP para assinar a Ata de Registro de Preços ocorreu no dia 03/07/2015 (fl. 257), a proposta comercial apresentada pela empresa data do dia 24/03/2015 (fls. 150-151). Diante disso, devemos considerar que a empresa deixou de cumprir sua obrigação, já que sua proposta estava válida até 03/07/2016, ou seja, pelo prazo de 01 (um) ano?

2) Caso o prazo de validade estabelecido nas minutas padronizadas esteja correto, podemos alterá-lo nos próximos editais, desde que fique em conformidade com o estabelecido no Art. 6º, da Lei nº 10.520/02?
Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

É o breve relatório.

Com a devida vênia, a matéria não exige maiores digressões. A redação do Item 7 do Edital é infeliz, porque não se confundem o prazo de validade da proposta, previsto tanto no referido art. 6º da Lei Federal nº 10.520/2002, como da Lei Federal nº 8.666/93, art. 64, § 3º, e o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. S.m.j., a finalidade dessa redação era ressaltar que o preço proposto será irreajustável durante a vigência da Ata.

Porém, o equívoco que a redação proporciona já foi identificado por essa Consultoria Administrativa e sua alteração providenciada, estando pendente apenas sua disponibilização no site da PGE.

Assim, com base nas informações constantes nos autos, pode-se responder objetivamente aos questionamentos formulados:

1) a proposta da licitante era válida por 60 dias. Ultrapassado esse prazo, não mais se apresenta possível exigir-lhe a assinatura da Ata ou imputar-lhe descumprimento de obrigação pela recusa em assiná-la;

2) deve ser observado nos editais das licitações o prazo legal de 60 dias de validade da proposta (art. 6º da Lei Federal nº 10.520/2002, como da Lei Federal nº 8.666/93, art. 64, § 3º).

É o Parecer.

Vitória, 17 de novembro de 2015.

LEYANDRO MELLO FERREIRA
Procurador do Estado
Aprovo o R. Parecer PGE/PCA nº 01448/2015 lavrado às fls. 342/343, pelo Ilustre Procurador do Estado, Dr. Leandro Mello Ferreira, que em sede de consulta administrativa proveniente da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos -SEGER, respondeu objetivamente que (i) a proposta da licitante era válida por 60 dias. Ultrapassado esse prazo, não mais se apresenta possível exigir-lhe a assinatura da Ata ou imputar-lhe descumprimento de obrigação pela recusa em assiná-la; (ii) deve ser observado nos editais das licitações o prazo legal de 60 dias de validade da proposta (art. 6º da Lei Federal nº 10.520/2002, como da Lei Federal nº 8.666/93, art. 64, § 3º).

À Subprocuradoria Geral do Estado para Assuntos Administrativos - SPGA.

Vitória, 25 de novembro de 2015.

MAIRA CAMPANA SOUTO GAMA
Procuradora-Chefe
Procuradoria de Consultoria Administrativa - PCA
Estado do Espírito Santo  
Procuradoria Geral do Estado

Processo N.º: 69308020  
Interessado: SEGER  
Prazo de validade das propostas dos licitantes.

À SEGER,


Vitória, 26 de novembro de 2015.

[Assinatura]

LUIZ HENRIQUE MIGUEL PAVAN
Subprocurador-Geral do Estado para Assuntos Administrativos

[Assinatura]

Gabinete / P.G.E.
Encaminhe-se a(o)

En: 26/11/2015

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo  
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590  
Barro Vermelho  
Vitória  
ES  
Cep: 29057-550  
Tel: 27-3636-5050  
Fax: 27-3636-5056  
e-mail: pge@pge.es.gov.br  
Website: http://www.pge.es.gov.br  
2015.02.000642  

*69308020*